



**CENTRO DE HUMANIDADE OSMAR DE AQUINO
CAMPUS III – GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

VANESSA RODRIGUES MORENO

**A INTERAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA
CRIANÇA AUTISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

GUARABIRA – PB

2024

VANESSA RODRIGUES MORENO

**A INTERAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA
CRIANÇA AUTISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) em Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Especial e Inclusiva.

Orientador: Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira

GUARABIRA – PB

2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M843i Moreno, Vanessa Rodrigues.

A interação da família no processo de ensino e aprendizagem da criança autista [manuscrito] : desafios e possibilidades / Vanessa Rodrigues Moreno. - 2024.

49 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Família. 2. Educação Especial. 3. Criança Autista. 4.
Ensino e Aprendizagem. I. Título

21. ed. CDD 371.9

VANESSA RODRIGUES MORENO

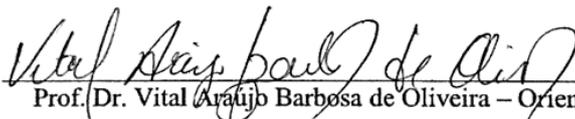
A INTERAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA
CRIANÇA AUTISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

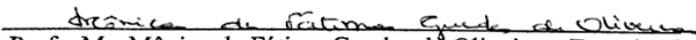
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) em
Pedagogia, da Universidade Estadual da Paraíba –
Campus III, como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciatura em Pedagogia.

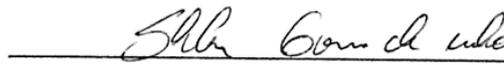
Área de concentração: Educação Especial e
Inclusiva.

Aprovada em: 21/10/2024

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira – Orientador
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira – Examinadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Me. Sheila Gomes de Melo – Examinadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me dado força e sabedoria na construção e concretização deste estudo e também, por toda jornada acadêmica pela qual percorri nesses 4 anos. Por sempre ter estado comigo nos momentos difíceis nos quais me sentia incapaz de concluir o presente trabalho.

Aos meus pais, Ana Lúcia Rodrigues de Pontes e Valdemar Alves Moreno, que sempre foram totalmente presentes na minha caminhada acadêmica. Me incentivando a continuar, sempre dar o meu melhor em tudo que eu fizesse e por todo orgulho que sempre sentiram de mim não só enquanto inserida como estudante de graduação. Essa conquista não é só minha, mas também deles.

Ao meu esposo, Denilson Pedro da Silva Reis, por sempre ter me apoiado durante todo o curso e sido totalmente companheiro nos momentos em que mais precisei no decorrer acadêmico.

A minha irmã Glenda Bianca, por sempre me apoiar e incentivar a nunca desistir e permanecer firme na caminhada acadêmica. Agradeço também por ter me incentivado a estudar no Campus III, assim como ela também estudou.

A minha irmã Vivianny Beatriz, que sempre demonstrou o seu orgulho por mim em estar inserida em uma Universidade e por todo carinho para comigo. Eu a amo!

Ao meu orientador Prof. Dr. Vital Araújo Barbosa de Oliveira por todo suporte, orientações e conhecimentos compartilhados e necessários para que o presente trabalho fosse concluído.

Compartilho essa conquista com todos que de alguma forma, contribuíram para a realização não somente desse trabalho, mas também de minha trajetória acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de trazer informações acerca da importância da família estar inserida no processo de Ensino e Aprendizagem da criança autista enfatizando os desafios e as possibilidades. A família, nesse contexto, é objeto principal, mesmo muitas das vezes se ausentando da responsabilidade na Aprendizagem de seus filhos. Foi tido como objetivo principal expor maneiras que propiciem o desenvolvimento da criança autista no âmbito escolar tendo como objeto de apoio à família. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica e explicativa. Constatamos que quando há a interação da família no processo de Ensino e Aprendizagem da criança autista, mais chances há da criança desenvolver na aprendizagem e socialização. Além disso, também foi possível observar que é importante que o corpo docente sempre se reitere e utilize metodologias e recursos lúdicos que proporcionem uma aprendizagem mais flexível e prazerosa para o estudante. Esse estudo está dividido da seguinte maneira: Introdução, Origem e antecedentes históricos do autismo, Diagnóstico e família, O processo de ensino e aprendizagem da criança autista no espaço escolar, A interação entre família, autismo e o processo de ensino e aprendizagem, A inclusão escolar com crianças dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA), Metodologia, Análise dos dados, Resultados e discussões, Considerações finais, Referências e Apêndice. Contamos com as contribuições dos seguintes autores: Cardoso; Freire (2022), Fernandes; Tomazelli; Girianelli (2020), Gaiato (2018), Gomes; Mendes (2010), Lima (2014), Klin (2006), Marfinati; Abrão (2014), Monte; Pinto (2015), Oliveira (2015), Silva (2016). A pesquisa demonstra que quando há a interação da família no processo de Ensino e Aprendizagem da criança autista, diversos avanços são constatados na interação social e aprendizagem.

Palavras-Chave: Família. Educação Especial. Criança autista. Ensino e aprendizagem.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to provide information about the importance of the family being involved in the teaching and learning process of autistic children, emphasizing the challenges and possibilities. The family, in this context, is the main object, even though it often fails to take responsibility for their children's learning. The main objective was to expose ways of fostering the development of autistic children in the school environment, with the family as the object of support. The methodology used was bibliographical and explanatory research. We found that when there is family interaction in the autistic child's teaching and learning process, the more likely the child is to develop in learning and socialization. In addition, it was also possible to observe that it is important for the teaching staff to always reiterate and use methodologies and playful resources that provide more flexible and enjoyable learning for the student. This study is divided as follows: Introduction, Origin and historical background of autism, Diagnosis and family, The teaching and learning process of autistic children in school, The interaction between family, autism and the teaching and learning process, School inclusion with children with Autism Spectrum Disorder (ASD), Methodology, Data analysis, Results and discussions, Final considerations, References and Appendix. We had contributions from the following authors: Cardoso; Freire (2022), Fernandes; Tomazelli; Girianelli (2020), Gaiato (2018), Gomes; Mendes (2010), Lima (2014), Klin (2006), Marfinati; Abrão (2014), Monte; Pinto (2015), Oliveira (2015), Silva (2016). The research shows that when there is family interaction in the autistic child's teaching and learning process, several advances are seen in social interaction and learning.

Keywords: Family. Special education. Autistic children. Teaching and learning.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Qual a sua formação acadêmica	30
Gráfico 2 – Há quanto tempo atua como docente?	31
Gráfico 3 – Em sua turma há algum aluno autista?	33
Gráfico 4 – Você considera importante a interação da família no processo de ensino e aprendizagem da criança autista?	34
Gráfico 5 – Os alunos autistas apresentam dificuldades no processo de ensino e aprendizagem?	35
Gráfico 6 – Os pais se interessam e colaboram na aprendizagem do aluno?	37
Gráfico 7 – Como é a frequência de participação desses alunos em sala de aula?	38
Gráfico 8 – Esses alunos apresentam rigidez cognitiva?	39
Gráfico 9 – Você tem mantido contato com a família à fim de falar sobre os avanços da criança?	40
Gráfico 10- Você considera importante o uso do lúdico como meio de privilegiar a aprendizagem do aluno?	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Associação Americana de Psicologia

CID – Classificação Internacional de Doenças

DSM – Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

NEE – Necessidades Educativas Especiais

TEA – Transtorno de Espectro Autista

TGD – Transtorno Global do Desenvolvimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2.0 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 Origem e antecedentes históricos do Autismo	13
2.2 Diagnóstico e família.....	17
2.3 O processo de ensino e aprendizagem da criança autista no espaço escolar	21
2.4 A interação entre família, autismo e o processo de ensino e aprendizagem.....	24
2.5 A inclusão escolar com crianças portadoras do TEA	27
3.METODOLOGIA.....	29
3.1 Tipo da pesquisa	29
3.2 Público alvo	29
3.3 Instrumento de pesquisa e análise de dados.....	30
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	48

1 INTRODUÇÃO

O aluno dentro do Transtorno de Espectro Autista (TEA) enquanto inserido no grupo social escolar, apresenta em sua maioria, dificuldades no aprendizado, interação e desenvolvimento. Partindo do conceito que a família desempenha um papel fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento primordialmente social, como também intelectual do indivíduo seja portador de algum transtorno ou não, é importante e necessário se pensar no quanto a falta do apoio familiar e a negação pode prejudicar progressivamente o desenvolvimento escolar do estudante portador do TEA.

Qualquer indivíduo, estando dentro de algum transtorno ou não, precisa se integrar socialmente e ter um espaço e voz na sociedade. Para que habilidades sejam desenvolvidas em qualquer indivíduo, é necessário que haja um estímulo. Neste quesito, entra a exclusão sofrida pelos indivíduos portadores do Transtorno de Espectro Autista, pois muitos deles são vistos como incapazes de desenvolver atividades consideradas simples e de se desenvolverem continuamente num ambiente escolar.

A sociedade desde os seus primórdios vem edificando características padrões para identificar os referentes indivíduos “normais”, e por conta disso, vem eliminando os que não se encaixam neste padrão. Assim, torna-se notável o peso cruel enraizado e perpassado durante décadas acerca de crianças que nascem portadoras de alguma deficiência, sendo estas vistas incapazes de serem inseridas em sociedade e desempenhar alguma habilidade em específico.

Diante deste contexto excludente, os indivíduos portadores do Transtorno de Espectro Autista (TEA) têm se tornado reféns de preconceitos, falta de acesso a recursos que fazem parte dos seus direitos essenciais como seres humanos e falta de compreensão.

Este termo bastante conhecido hoje, começou a ser utilizado por Bleuler em 1908 para designar pacientes com sintomas semelhantes à esquizofrenia. Afirmando também, que o autismo não era apenas uma doença única, mas também, um conjunto de doenças com o mesmo nível patológico bem como afirma (Liberalesso,2020).

O autismo infantil é como uma condição/ habilidade única ou específica que interfere na inclusão social da criança, como também, falta de habilidade linguística e atitudes solitárias. (Kanner ,1943)

Segundo a APA (2013) o TEA tem como características mais comuns as dificuldades na interação social, comunicação e comportamento. O indivíduo portador deste transtorno em sua maioria possui dificuldade em desenvolver atitudes empáticas e de se integrar num grupo social.

Algumas crianças autistas apresentam dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, e também, não tem o suporte familiar que precisam para desenvolver-se plenamente e muitas das vezes se encontram desmotivadas a estarem inseridas em um ambiente escolar.

Por este motivo, o presente estudo “A interação da família no processo de ensino e aprendizagem da criança autista: desafios e possibilidades” se deu por meio de indagações do meu Projeto de Pesquisa, que retratou as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem e as dificuldades do diagnóstico. Portanto, veio a seguinte problemática a ser abordada: qual a importância da família no processo de ensino e aprendizagem da criança autista, e como ela pode contribuir? Dessa forma, foi delimitado o seguinte objetivo geral: expor maneiras que propiciem o desenvolvimento da criança no âmbito escolar tendo como objeto de apoio à família. E os objetivos específicos: 1) Compreender o papel da família no desempenho escolar da criança autista. 2) Analisar de forma crítica a falta do apoio da família da criança autista referente a educação. 3) Demonstrar a importância da criança autista estar inserida na comunidade escolar.

Finalizando, a pesquisa se dividirá nas seguintes etapas: Fundamentação teórica, aspectos metodológicos, resultados e discussões do trabalho que fora realizado e por fim, as considerações finais.

2.0 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Origem e antecedentes históricos do Autismo

Nos últimos tempos o autismo tem sido um tema bastante relevante e discutido em todo o mundo. Isso ocorre pelo fato de recentemente os profissionais da área da saúde mental estarem se aperfeiçoando cada vez mais na temática para assim identificar o transtorno e também realizar terapias que proporcionam continuamente o desenvolvimento cognitivo e social que em alguns casos são reduzidos na criança autista.

De acordo com Marfinati; Abrão (2014) a identificação da existência do Transtorno do Espectro Autista não é algo recente, pois desde meados da década de 40 que o psiquiatra Kanner realizou um estudo com crianças de diferentes gêneros para identificar características não típicas nelas em relação a outras crianças. Através desse estudo ele conseguiu observar que o isolamento social delas as impediam de se relacionar socialmente e afetivamente com as outras pessoas, observando também que essas características já eram evidentes desde o início de vida.

Nesse contexto, ressalta-se ainda que essas crianças tinham dificuldade em atender aos estímulos afetivos, ou seja, uma incapacidade natural de interagir socialmente e ternamente com as pessoas de seu cotidiano. Conseqüentemente, ele também observou certa dificuldade em utilizar a linguagem de forma expressiva, acontecendo episódios de desordens no processo delas desenvolverem a linguagem. Além disso, o distúrbio léxico também foi notado, pois uma das características mais comuns do autismo é a forma da criança se referir a si mesma na 3ª pessoa do singular, repetir de forma engessada e repetitiva as coisas que ouvem ou veem, e não conseguir dar um sentido significativo as palavras. Porém, dificuldades no que diz respeito a memorização e emprego do plural nas frases em que falam no dia a dia não foram identificadas

Uma característica muito peculiar do autismo é a irritabilidade e vulnerabilidade da criança quando sua rotina é quebrada de alguma forma. Quando isso ocorre, episódios de obstinações e frustrações são muito recorrentes. Nesse sentido se observou que essas crianças sentem que “Há uma necessidade imperiosa de não ser perturbado. Tudo o que vem de fora, tudo o que muda no ambiente externo ou mesmo interno representa uma intrusão temida” (Kanner, 1943, p. 244).

Dessa forma, Kanner conseguiu posteriormente a essas descobertas, diagnosticar crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista e dar uma identidade ao nível que correspondia ao das crianças estudadas: o autismo clássico (Santos; Amorim, 2021).

Além disso, Lima (2014) afirma que Kanner preservava a ideia de que pessoas autistas eram diferentes das pessoas com a mente atrasada “debéis mentais” pelo fato de suas capacidades cognitivas serem potencialmente boas. Por isso, através dessas descobertas, ele afirmou que os déficits dos autistas eram no sentido afetivo, e não cognitivo.

Nesse prisma, durante suas experiências, ele conseguiu identificar mais informações sobre a origem do autismo: isenção da capacidade afetiva esperada tanto por fatores biológicos, quanto os de costumes. A partir de tais descobertas, ele dirigiu a culpa desses comportamentos aos pais, por conta de suas personalidades e o excesso de informações que eles depositavam na mente de seus filhos. Fazendo então com que Kanner considerasse esse, um dos motivos para o atraso de fala de crianças autistas (Lima, 2014).

Em 1949 Kanner avaliou cinquenta crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista e a partir de então, publicou um artigo que trouxe mais detalhes sobre a questão do autismo x personalidade dos pais. “Estes descreviam a si mesmos como reservados, não se sentiam à vontade na presença de outras pessoas e mantinham uma vida conjugal fria e formal, sem glamour, romance ou impetuosidade, mas também sem conflitos” (Lima, 2014, p. 117).

Partindo das afirmações dos pais de crianças autistas estudados, ele conseguiu identificar que as relações humanas estavam “mecanizadas” e o afeto real, sendo desprezado. Isso também estava relacionado no caso das mães, a gravidez não planejada, em que as mulheres só as mantinham como uma obrigação do matrimônio. Nesse sentido, havia distanciamento sentimental, e frieza a aproximação da criança. No tocante ao comportamento dos pais, Kanner fez as seguintes descobertas:

A dedicação ao trabalho, o perfeccionismo e a adesão obsessiva a regras seriam outros dos traços dos pais, e os dois últimos explicariam o seu conhecimento de detalhes do desenvolvimento do filho. Mais que isso, os pais muitas vezes se dedicariam a estimular a memória e o vocabulário de sua criança autista, tomando o filho como objeto de “observação e experimentos”. (Lima, 2014, p. 117)

Então, conseqüentemente a esses dois últimos comportamentos dos pais, a criança autista se retraía na tentativa de fugir dessas situações, sendo o isolamento o seu porto seguro. Esses comportamentos portanto, traziam prejuízos no desenvolvimento da criança. Ainda no mesmo ano, ele trouxe duas interpretações psicodinâmicas sobre o autismo dos pacientes:

Primeiro, ele acreditava que as preocupações obsessivas com nomes, datas e mapas e seus prodígios de memória representariam a busca pela aprovação dos pais, que encorajariam tais performances. Segundo, as tempestades de raiva dos autistas obrigariam os pais a participarem de seus esquemas obsessivos e essa forma de tirania seria uma oportunidade de retaliação da criança contra o distanciamento afetivo parental. (Lima, 2014, p. 117)

Nos anos 40 e 50, durante a Segunda Guerra Mundial especialmente nos EUA (local onde muitos psicanalistas emigraram também por conta do nazismo), a Psicanálise entrou em ascensão como estudo na formação de psiquiatras. Nesse prisma, o autismo também foi abordado através de estudos sobre a esquizofrenia infantil Lima (2014). Também é válido ressaltar que de acordo com Silva (2016), durante muito tempo, o autismo antes de ser identificado como tal, era visto como um tipo de esquizofrenia infantil. Já Lima (2014) também nos afirma que “durante muito tempo, os conceitos de autismo, psicose e esquizofrenia se confundiriam e seriam usados de maneira intercambiável.”

A partir dos estudos de Kanner, em 1952 Mahler conseguiu diferenciar a psicose autista infantil da psicose infantil simbiótica:

Na psicose autista, as forças instintuais (libido e agressividade) não estariam submetidas às funções sintéticas do ego. A mãe seria investida apenas como objeto parcial, indistinta dos objetos inanimados, e não como pessoa claramente separada da criança; como consequência, ter-se-ia a falta de contato com o ambiente humano. Apesar da ênfase nos fatores afetivos e psicodinâmicos na causalidade das psicoses infantis, Mahler não elaborou nenhum perfil caracterológico da mãe – ou do pai – das crianças afetadas (...) (Lima, 2014, p. 118)

Como citado anteriormente, um dos fatores para a ausência de afeto real das crianças autistas seriam a falta de calor maternal das mães, porém, Mahler afirma que existem mães em que não há a ausência de calor materno ou de amor genuíno maternal, enfatizando assim, que existem exceções para as motivações da falta de afetividade nas crianças autistas.

Ainda na década de 50 outro psicanalista que foi muito citado acerca do autismo foi Bettelheim que apesar de já haver sido diferenciado da esquizofrenia infantil, ele ainda citava o autismo como tal. Ele afirmava que as reações mais desconstruídas de crianças autistas estavam relacionadas a forma em que essa criança encontrava para se contrapor a situações extremas (Lima,2014). Nesse prisma, ele estaria afirmando que “O autista se veria à mercê de uma ansiedade de enormes proporções, que provocaria a perda do contato e da confiança na relação com a realidade”.

De acordo com Klin (2006), no século passado, nos anos 50 e 60, havia muitas controvérsias acerca da origem do autismo e sua genitora, e argumentava-se que o motivo de algumas crianças apresentarem traços do autismo é que os pais não eram “flexíveis” com os seus filhos. Porém, essa hipótese foi abandonada na maior parte do mundo. Mantendo-se apenas em algumas partes da Europa e América Latina.

Um momento importante na classificação desse transtorno foi em 78, quando Rutter sugeriu que a definição do Autismo fosse baseada em 4 critérios:

“1) atraso e desvio sociais não só como função de retardo mental; 2) problemas de comunicação, novamente, não só em função de retardo mental associado; 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; e 4) início antes dos 30 meses de idade.” (Klin, 2006, p. 2)

A partir dessas definições, e as crescentes pesquisas acerca da temática, o autismo foi classificado no DSM – III em 1980 e assim reconhecido e classificado como uma nova classe de transtornos. Sendo estes, tidos como invasivos do desenvolvimento (TIDs). Em relação ao termo TID, Klin (2006 p. 2) afirma:

O termo TID foi escolhido para refletir o fato de que múltiplas áreas de funcionamento são afetadas no autismo e nas condições a ele relacionadas. Na época do DSM-III-R, o termo TID ganhou raízes, levando à sua adoção também na décima revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10).

Ainda nesse contexto de busca por identificações de características do autismo, (Klin, 2006, p. 3) ainda afirma:

Para o DSM-IV, os novos critérios potenciais para o autismo, bem como as várias condições candidatas a serem incluídas na categoria TID, foram avaliados em um estudo internacional, multicêntrico, que incluiu mais de 1.000 casos avaliados por mais de 100 avaliadores clínicos.⁷ Os sistemas de classificação do DSM-IV e da CID-10 foram tornados equivalentes para evitar uma possível confusão entre pesquisadores clínicos que trabalham em diferentes partes do mundo guiados por um ou por outro sistema nosológico. A definição dos critérios foi decidida com base em dados empíricos revelados em trabalho de campo. A confiabilidade entre os avaliadores foi medida para o autismo e condições relacionadas, indicando, em geral, um acordo de bom a ótimo, principalmente entre os clínicos experientes. O DSM-IV-TR vem acompanhado de textos atualizados sobre autismo, síndrome de Asperger e outros TIDs, mas os critérios diagnósticos permanecem os mesmos que os do DSM-IV.

O autismo é caracterizado numa diversidade de sintomatologia sendo as principais a dificuldade em se comunicar com outras pessoas, interagir socialmente, e comportamentos estereotipados e repetitivos.

Atualmente é inserido no Manual de Saúde Mental e classificado como – DSM – 5 e CID – 10. O autismo é um Transtorno permanente, e portanto, faz com que em alguns momentos ou casos, o indivíduo dependa constantemente da ajuda e compreensão dos familiares e também, da comunidade escolar a qual ele se encontra inserido.

Sendo assim, o autismo é identificado como um Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou também, como Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). Nesse contexto, na classificação de CID -10 o autismo pode se apresentar das seguintes maneiras:

- Autismo Infantil (F84-0)
- Autismo Atípico (F84-1)
- Síndrome de Rett (F84-2)

- Transtorno Desintegrativo da Infância (F84-5)
- Transtorno Geral do Desenvolvimento não especificado (F84-9)

2.2 Diagnóstico e família

O autismo possui características heterogêneas, ou seja, nem sempre os portadores desse transtorno vão apresentar comportamentos iguais. Essa afirmativa no entanto, ainda é desconhecida por uma diversidade de pessoas. A falta de conhecimento acerca do TEA faz com que profissionais da educação e principalmente familiares, ignorem algumas características norteadoras para identificação do transtorno na criança.

Como visto anteriormente, o autismo no que diz respeito ao seu diagnóstico apresenta diversas mudanças ao longo do tempo. Sua caracterização e definição pode ser encontrado no DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e CID (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) e as informações sobre o TEA surgiram nesses instrumentos a partir da década de 80 (Fernandes; Tomazelli; Girianelli 2020).

Os referentes manuais possuem algumas diferenciações estruturais, tais como cita Fernandes; Tomazelli; Girianelli (2020, p. 1):

Estes manuais apresentam diferenças nas nomenclaturas, características e códigos utilizados para fins de diagnóstico, mas convergem nos pressupostos conceituais que embasaram a classificação nosológica, hegemônicos no período em que foram publicados.

Com isso, percebemos que ambos trazem definições acerca de transtornos, doenças e problemas que estão ligados a saúde. Porém, cada um traz características e códigos diferentes.

Por exemplo, no DSM o autismo é citado como um transtorno que afeta a interação social e comunicação do indivíduo, ou seja, é um transtorno que traz prejuízos ao neurodesenvolvimento. Já o CID apresenta códigos que definem os diferentes tipos de autismo e que auxiliam os médicos a identificar caracterizações para cada habitual.

O DSM é conduzido pela APA, e o CID, pela OMS (Organização Mundial da Saúde), onde ambos estão em vigência no presente século (Fernandes; Tomazelli; Girianelli, 2020). No decorrer do tempo, houveram mudanças significativas nos dois manuais, e essas mudanças trouxeram à tona discussões sobre as formas de discorrerem sobre o autismo.

Nessa perspectiva, (Fernandes; Tomazelli; Girianelli, 2020, p. 2) argumentam sobre as mudanças significativas da CID:

Uma alteração importante na segunda revisão da CID-10 foi a diferenciação com o transtorno de linguagem (F80.2), o qual pode ser observado posteriormente no DSM-5 e na CID-11. A linguagem funcional passa a ser central no diagnóstico em detrimento da linguagem estruturada. Ao deslocar o transtorno de linguagem da CID-10 de F84 para F80, a linguagem pragmática da comunicação passa a ser o foco para o diagnóstico

Ainda nessa perspectiva, (Fernandes; Tomazelli; Girianelli, 2020) afirmam que independente das referentes atualizações da CID-10, alguns padrões do autismo se mantiveram como por exemplo: comportamento repetitivo e restritivo. Porém, há uma ausência dos comportamentos hiperativo e/ou hiperreativo na CID-11 sendo esta uma mudança significativa no contexto identificativo do autismo.

No que diz respeito ao diagnóstico do TEA é válido ressaltar que são considerados dois sintomas principais na área interativa do sujeito: comportamentos restritos, repetitivos e estereotipados (Fernandes; Tomazelli; Girianelli, 2020). Por exemplo: uma das características mais presentes no interacional da criança autista são os costumes de enfileirar objetos, fazer movimentos de “flapping” com as mãos e muitas das vezes não manter o olhar por muito tempo em objetos e pessoas. Muitas das vezes crianças com o transtorno são passadas despercebidas pelo fato de muitas das vezes não possuir essas características.

O autismo é um transtorno, e justamente por esses motivos é que nem sempre os portadores dele apresentarão as mesmas características. Alguns podem apresentar dificuldade em interacionar socialmente, já outros irão fazer isso com excelência. Por isso é bastante importante que na presença de pelo menos uma ou duas características do transtorno, os pais busquem uma ajuda profissional para avaliar e identificar um possível diagnóstico do autismo.

Os sintomas do autismo nas meninas é bem mais incógnito do que nos meninos. Ou seja, muita das vezes passa mais despercebido do que nos meninos. Para se ter ideia, as meninas apresentam apenas 25% de dificuldade sociocomunicativa, e já os meninos 45% em relação aos comportamentos repetitivos e estereotipados (Cardoso; Freire, 2022).

Nesse contexto, o diagnóstico muitas das vezes se torna tardio, pois devido as meninas nem sempre apresentarem sintomas “claros” do autismo, são descartadas de um possível diagnóstico.

Com base em estudos sobre a temática do diagnóstico, Cardoso; Freire (2022, p. 7) afirmam:

Estudos ainda pontuam que o diagnóstico tardio das pessoas do sexo feminino pode estar associado ao preconceito de gênero, pois culturalmente é ensinado que meninas devem ser mais comportadas, não sendo levada em consideração a dificuldade sociocomunicativa, contribuindo assim com o subdiagnóstico ou diagnóstico tardio.

Portanto, identifica-se que até mesmo questões “culturais” interferem no diagnóstico do autismo no gênero feminino. Tal afirmativa ressalta as motivações para o autismo durante tantos anos ser tão desconhecido pela sociedade.

A família no entanto, possui um papel crucial tanto na descoberta do diagnóstico, quanto no pleno desenvolvimento da criança autista, pois eles são o primeiro contato social da criança, como também, rede de apoio para que haja uma intervenção de profissionais especializados na área para proporcionar a criança todo suporte necessário para o seu pleno desenvolvimento social, cognitivo e emocional. Ou seja, as primeiras pessoas que geralmente serão identificadoras do autismo na criança, será a própria família pelo fato de estarem presentes com elas por mais tempo.

Porém, o preconceito enraizado em nossa sociedade faz com que muitas famílias fiquem cegas para a realidade e não permitam que a criança receba o diagnóstico o mais breve possível.

Os prejuízos dessa realidade são devastadores, pois a criança pode avançar de suporte e apresentar ainda mais crises de comportamento, sendo prejudicial tanto a criança, quanto ao psicológico da família que sofrerá com esses episódios de “raiva”.

Podemos afirmar que a família é o norteador da criança, tendo em vista o seu papel de atuação extremamente necessário e importante para o desenvolvimento da criança autista, quando a família observa os sinais e busca uma ajuda profissional está proporcionando ao seu filho(a) a oportunidade de se desempenhar com excelência em campos que são vistos como “impossíveis” para pessoas autistas.

“O autismo leva o contexto familiar a viver rupturas por interromper suas atividades sociais normais, transformando o clima emocional no qual vive” Sprovier; Jr (2001, p. 2).

Diante de tal perspectiva, é notório que o diagnóstico do autismo interfere na vida social e também psicológica da família, pois em casos de autistas com suportes maiores, há um considerável prejuízo no que diz respeito a vida social tanto da criança, quanto da família. A falta de empatia de pessoas externas é um dos fatores que fazem muita das vezes família atípicas evitarem o contato frequente com a sociedade, pois na maioria das vezes os julgamentos e comparações são obstáculos dolorosos que tais famílias enfrentam diariamente.

Sabemos que a criança autista muitas das vezes sofre preconceitos pela sociedade, mas a família da criança não se ausenta disso, pois também sofrem diariamente exposições que as

fazem muitas das vezes “desistirem” de viver a vida em sociedade e se fecharem para momentos que são baseados na interação social.

O fator preconceito é um dos que mais pesam para que recorrentemente familiares se recusem a aceitar o diagnóstico do autismo. E nesse processo de descoberta do diagnóstico, a família da criança autista passa por alguns estágios que fazem parte do processo de luto do filho “perfeito”. Monte; Pinto (2015) pontuam acerca destes estágios que são divididos em cinco:

- Negação e isolamento: após o recebimento do diagnóstico há um mecanismo de defesa da mente familiar em aceitar que o filho possui o Transtorno do Espectro Autista promovendo uma negação e uma ansiedade ao entrar em contato com a referente informação.

- Raiva: neste estágio surgem diversos questionamentos, como por exemplo: Por que comigo? E a partir disto, surge uma agressividade que atinge a todos do convívio familiar.
- Barganha: tentativa de negociar o que se perdeu e o que se ganhou. Nesse estágio é muito comum que se tente conseguir promessas tanto religiosas, quanto científicas.

- Depressão: Luto pelo que se perdeu, envolvendo planos e objetivos que foram interrompidos no percurso do diagnóstico.

- Aceitação: o indivíduo se encontra mais tranquilo em relação ao diagnóstico e fica mais tranquila em relação ao “luto” pelo filho que foi idealizado. Partindo destes estágios pode-se questionar o quanto a criança autista sofre nestes processos em que sua família passa após o diagnóstico. Assim, principalmente no estágio de negação, provavelmente seja muito comum que a família pressione a criança a agir como as outras crianças ditas pela sociedade como “normais”.

Nesse sentido, evidencia-se que o maior prejudicado após o diagnóstico é a criança, pois recebe toda a carga de pressionamento tanto social, quanto familiar. Porém é válido também ressaltar que a família durante os questionamentos sofrem duramente, é o que afirma Monte; Pinto (2015): Verifica-se que os questionamentos ocorrem com frequência nas famílias diante do diagnóstico, os familiares se questionam quanto à sua causa, sofrimento ou até mesmo castigo que estejam pagando em sua vida.

Segundo Monte e Pinto (2015, p. 10) “obter diagnóstico sobre uma doença ou transtorno é um processo de luto pelas perdas ou limitações que este pode representar para as pessoas, neste caso a criança e sua família (...)”

Neste contexto, é preciso pensar também na saúde emocional da família, pois vejamos bem: como a família pode contribuir para o desenvolvimento emocional da criança autista se o

próprio emocional não estiver bem? É preciso pensar-se na busca de redes de apoio familiar, que visem o bem estar da criança autista, mas também o de sua família.

Maciel (2000) afirma que todos os sentimentos negativos da família como a insegurança por exemplo, são resultados do preconceito enraizado em nossa sociedade. Sendo assim, explicando o motivo de na maioria das famílias, os familiares não aceitarem imediatamente o diagnóstico recebido. Assim, confirma-se que a psicodinâmica de aceitação são resultados de sentimentos como: medo de rejeição, culpa e insegurança.

Estes fatores portanto, são determinantes na maneira como a família irá reagir e buscar a melhoria e o pleno desenvolvimento interacional, psíquico e emocional de seus filhos.

2.3 O processo de ensino e aprendizagem da criança autista no espaço escolar

A escola é um ambiente de descobertas, aprendizagem e acima de tudo também é um espaço de acolhimento e desenvolvimento. Nesse espaço pessoas de diversas faixas etárias tem a oportunidade de aprender temáticas importantes e desenvolver o cognitivo.

É importante ressaltar que o direito a matrícula de alunos com necessidades especiais em escolas regulares é assegurado por lei desde 1998 através da Constituição Federal. Nesse sentido visava-se a igualdade ao acesso à educação e permanência na escola. Sendo essa temática tão importante, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no ano de 1996 reafirmou que é obrigatório que pessoas com necessidades especiais tenham acesso ao ensino de forma gratuita e especializada. A partir disto que a Educação Inclusiva ganhou notoriedade no Brasil, é o que afirma Gomes; Mendes (2010).

Nessa perspectiva, pessoas autistas se enquadram no perfil de pessoas com necessidades educacionais especiais.

O autismo é mais comum do que podemos imaginar, mesmo muitas de vezes e por muitos anos foi um transtorno desconhecido pela sociedade. Assim, Gomes; Mendes (2010, p. 377) afirmam:

Em relação ao número de casos de autismo na população, Filipek e colaboradores (1999) destacam que não se trata de um transtorno raro: a prevalência na população pediátrica é superior ao câncer, a diabetes, a espinha bífida e a síndrome de Down. . Os números são bastante controversos e, apesar do DSM-IVTR (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2002) considerar a estimativa de 15 casos em cada 10.000 indivíduos, ou um caso de autismo em aproximadamente 666 pessoas, outras fontes estimam valores diferentes. Baird e colaboradores (2006), por exemplo, indicaram 116,1 casos de Transtornos do Espectro Autístico em cada 10.000 indivíduos, ou um caso em cada 86 pessoas, o que, segundo esses pesquisadores, resulta na proporção estimada de 1% da população infantil apresentando algum tipo de Transtorno do Espectro Autístico.

Gomes; Mendes (2010) ainda afirmam que estudos acerca da predominância do autismo afirmam que a predominância do autismo é maior que a de Síndrome de Down, mas dados do Censo Escolar mostram que há apenas 1,5 % de pessoas autistas matriculadas nas redes escolares, já pessoas com Síndrome de Down 5,4%. Esses dados geram questionamentos como por exemplo: que poucas pessoas portadoras do TEA estejam matriculadas, ou muitas dessas pessoas estão enquadradas como pessoas de condutas típicas.

No contexto de permanência no espaço escolar, a fase de ensino em que há a predominância do aluno autista é a Educação Infantil, geralmente por fatores de conteúdos flexíveis e lúdicos para as crianças. Em outras etapas apenas 30% desses estudantes permanecem no ambiente escolar, sendo uma das motivações a baixa aprendizagem e pouca participação. Nesse prisma, os auxiliares escolares são importantes no ambiente escolar, pois tornam mais flexível a participação dos alunos, quanto também contribuem na execução de atividades pedagógicas propostas pelo educador em sala de aula.

Diante da realidade de nossa educação brasileira na perspectiva inclusiva, vemos que muitas são as problemáticas que diariamente impedem que pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista estejam inseridas regularmente no ambiente escolar. A falta de preparação dos educadores e dificuldades cognitivas presentes em alguns casos de pessoas portadoras desse transtorno, são fatores excludentes, e portanto, impedem que haja uma educação igualitária e de qualidade na perspectiva inclusiva.

O ato de ensinar vai muito além de quatro paredes de uma sala de aula, e quando é abordada essa temática, podemos nos lembrar das diversas contribuições de Vygotski na educação.

Vygotski também tinha um olhar sensível no que diz respeito aos desafios na prática pedagógica e as dificuldades, como também que a característica física do indivíduo não deve ser um fator excludente.

O indivíduo precisa estar inserido em sociedade para que ele possa desenvolver habilidades como a fala, caminhar e etc. E acerca disto, ele afirma que a inteligência do indivíduo é contínua, ou seja, pode evoluir.

Como embasamento para estas afirmativas, temos o conceito (ZDP) Zona de Desenvolvimento Proximal que busca avaliar o indivíduo através das situações diárias, observando o que a criança é capaz de fazer.

Neste conceito, ele busca avaliar o nível de desenvolvimento real da criança, observando como ela desempenha atividades sozinhas, ou com a ajuda de adultos.

A escola possui um papel crucial no desenvolvimento psíquico do indivíduo, tendo em vista que, deve haver uma preocupação não somente nas etapas já desenvolvidas pelo indivíduo, mas também as que ainda não foram vividas, desta maneira, haverá a construção do processo de ensino e aprendizagem escolar que se baseia no potencial do estudante (Kohl,1997).

Então, partindo deste conceito, podemos refletir em métodos específicos que proporcionem a todos os estudantes, inclusive autistas, a possibilidade delas participarem ativamente no seu processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo suas habilidades e mostrando o quanto elas também possuem suas potencialidades psíquicas e sociais.

Nesses contexto, (Saraiva; Fonseca, 2016) afirmam que a tendência crítico-social dos conteúdos nos permite compreender que no ato de ensinar o que será aprendido pelo estudante também deve estar alinhado com a sua realidade social e humana e que o “aprender” é um processo norteador em que o discente aprende através da sua participação ativa e também, a mediação do docente vinculado as suas realidades sociais.

Um erro um tanto comum nas comunidades escolares são os docentes se deterem somente no ensino tradicional, e esquecendo de se utilizar também outras metodologias que sejam interessantes e relevantes para o estudante. É crucial que a criança no seu processo de ensino e aprendizagem se sinta também uma peça fundamental, um elemento importante.

O ensino tradicional é necessário, mas não é a única metodologia eficaz para que as crianças portadoras de algum transtorno ou não, consigam aprender.

A criança autista precisa se sentir importante, acolhida e entendida no âmbito escolar pela qual se encontra inserida, e também socializar com elementos do seu cotidiano pois caso o contrário aconteça, seu desempenho será fraco e traumatizante.

2.4 A interação entre família, autismo e o processo de ensino e aprendizagem

O Autismo traz alguns prejuízos no que diz respeito a forma de o indivíduo se comunicar e socializar com o próximo. O indivíduo portador do transtorno, em sua maioria, possui alguns comportamentos característicos em que a partir deles, se torna possível identificar e obter o diagnóstico.

Frequentemente profissionais que atuam na área da educação tem observado em sala de aula comportamentos atípicos em alguns dos seus discentes, porém, nem sempre o diálogo com a família tem sido fácil. Ao perceber algumas características típicas do autismo, alguns docentes tem buscado o diálogo com a família, para que dessa forma, seja buscado intermediários profissionais e especializados na área.

Geralmente a partir dos 18 meses já pode ser identificado e diagnosticado o autismo. Em alguns casos, a família se preocupa e busca prontamente quando identificados algumas características, o diagnóstico e terapias necessárias para trabalhar o que tem estado em falta no interacional, social e cognitivo da criança. Em outros casos, a família se nega a aceitar que o filho seja portador do TEA e se nega buscar a ajuda profissional que a criança precisa.

A escola no entanto, desempenha um papel crucial no que diz respeito a observação da criança. E é preocupante saber que em algumas instituições de ensino não haja profissionais que estejam atentos e capacitados para identificar comportamentos atípicos de seus estudantes. A criança passa boa parte de suas 24 horas na companhia de sua família, isto é fato. Geralmente os primeiros a observarem comportamentos atípicos da criança autista é a família (quando se tem um certo conhecimento sobre o transtorno). Porém, é na escola em que o indivíduo irá demonstrar a presença e ausência de certas habilidades que geralmente o autismo causa prejuízo ao realizar certas atividades em sala de aula.

Um dos motivos de os diagnósticos serem tardios, é o fato da família não identificar os sinais do transtorno nas crianças, e nesse prisma, Gaiato (2018), traz algumas concepções acerca de avaliar possíveis crianças portadoras do autismo, e dentro deste contexto, sinaliza alguns sinais como por exemplo: “as crianças diagnosticadas com o transtorno costumam apresentar déficits na interação com os seus familiares e colegas” GAIATO (2018 p. 24).

Partindo deste pressuposto, pode-se também compreender que o diagnóstico é particularmente heterogêneo e os seus sintomas apresentam infinitas características envolvendo alguns prejuízos como na linguagem, socialmente, acadêmicos, cognitivos e emocionais.

Com isso, para que haja um diagnóstico precoce, algumas características rotineiras da criança devem ser observadas, e temos como:

1° exemplo: (a criança interage com outras crianças da mesma idade?)

2° exemplo: (ela consegue se expressar normalmente?)

3° exemplo: (ela se interessa por brincadeiras diversas, ou somente algumas em específico?)

Não somente os sinais citados acima, mas também muitos outros que a criança portadora do Transtorno do Espectro Autista apresentam, e que somente a família e escola podem identificar primeiro na criança.

É preciso enfatizar que a família desempenha um papel extremamente importante no desenvolvimento da criança autista, pois eles são o primeiro contato social da criança, como também, rede de apoio para que haja uma intervenção de profissionais especializados na área para proporcionar a criança todo suporte necessário para o seu pleno desenvolvimento social, cognitivo e emocional.

As expressões notáveis do autismo são heterogêneas, e nesse sentido, nem sempre crianças portadoras do transtorno irão apresentar as mesmas características, podendo haver ausência de características que funcionam como identidade para identificação do transtorno. Em algumas crianças, há o atraso de fala, e quando desenvolve a verbalização, possui dificuldade em verbalizar algumas palavras. Já outras, irão desenvolver a fala nos marcos do desenvolvimento infantil.

Também em alguns casos a criança apresenta dificuldade no processo de ensino e aprendizagem, e portanto, sofre no dia a dia do contexto educacional. O ato de ensinar crianças com o TEA é bastante desafiador tanto para os docentes em sala de aula, quanto para os pais em casa. O motivo disso nem sempre é o prejuízo na aprendizagem, mas também alguns comportamentos desafiadores das crianças autistas. Ao serem contrariadas, crianças com níveis de suporte mais severos apresentam comportamentos violentos e acessos de raiva. Nesses momentos, é bastante difícil continuar com as atividades propostas tanto em sala de aula, como as propostas para serem feitas em casa.

Observando que o autismo é um transtorno que compromete a independência do indivíduo, a família e a escola desempenham papéis indispensáveis para o desenvolvimento da criança autista tanto no contexto escolar, quanto doméstico. Quando há a presença de dificuldades do aluno autista acerca do processo de ensino e aprendizagem é preciso que a família caminhe junto a escola rumo a busca de técnicas que irão facilitar a absorção do conhecimento pelo aluno. Nesse sentido, Silva (2016) destaca que há um percentual maior da presença do autismo em meninos, do que em meninas.

Para que haja um progresso na aprendizagem da criança autista ou não no contexto educacional, são necessárias a utilização de algumas metodologias e materiais. O uso do lúdico é indispensável no processo de ensino e aprendizagem, pois traz de forma dinâmica e divertida a fixação dos conteúdos estudados.

Nesse contexto, o uso de jogos é bastante positivo tendo em vista que viabiliza e torna mais acessível a absorção do conhecimento. O jogo é uma atividade que vai além de algo recreativo, mas também desenvolve o lado criativo da criança, como também, permite que ela adquira uma identidade social e consiga solucionar problemas

Portanto, Mendes (2015) afirma que o jogo deveria estar mais presente no espaço escolar como uma ferramenta educativa em várias ocasiões no processo de ensino e aprendizagem. Pois, facilita e possibilita a aprendizagem contribuindo para o desenvolvimento social, intelecto, físico e emocional da criança como estudante.

O jogo é essencial não somente no processo de ensino e aprendizagem, mas também nos processos terapêuticos. A prova disso é o fato de Psicólogos e Terapeutas ocupacionais fazerem bastante uso desse recursos nas terapias com crianças autistas promovendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e cotidiano da criança.

Mendes (2015) destaca a importância de recursos lúdicos principalmente na Educação Infantil, pois é nessa fase em que a criança autista é mais desafiadora no ambiente escolar. Compenetrado com elementos do universo infantil, as atividades lúdicas é bastante benéfica no que diz respeito a promover a autonomia que em sua maioria, é bastante reduzida em crianças autistas.

Nesse ambiente o educador precisa planejar de forma cuidadosa quais jogos irão complementar o processo de ensino e aprendizagem, como também, preparar o ambiente (sala de aula) para trabalhar atividades lúdicas. O planejamento de aula é bastante importante nesse processo, pois permite ao educador delimitar com bastante precisão e rigor quais déficits precisarão ser abordados na brincadeira.

Embora nem sempre seja garantida como o esperado, a educação é direitos de TODOS e por isso, a criança portadora do Transtorno do Espectro Autista deverá receber no ambiente escolar todo o apoio seja social, emocional e cognitivo que lhe é garantido por lei.

2.5 A inclusão escolar com crianças dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA)

De acordo com Farias; Santos; Silva (2009) a palavra inclusão vem do latim e remete a questões de trazer ou colocar alguém ou algo em um determinado espaço ou contexto. Quando esse termo é utilizado no ambiente educativo, nos traz a ideia de incluir os educandos em uma esfera educacional.

Esse processo traz diversos desafios ao ambiente educacional, pois vai contra práticas excludentes contra estudantes portadores de deficiências ou transtornos. Nesse prisma, todos os estudantes são importantes nesse ambiente e peças fundamentais para que de fato haja uma educação igualitária e para todos.

O ambiente escolar deve ser acolhedor e respeitoso tanto para o aluno, quanto para o educador. Porém, nem sempre isso ocorre, e muitas das vezes episódios preconceituosos protagonizados pelos próprios docentes ocorre em sala de aula. O comportamento de crianças autistas no espaço escolar é muitas das vezes bastante desafiador, e por conta disso, alguns docentes acabam “desmotivados” e perdem muitas das vezes o interesse em incluir essas crianças no processo de ensino e aprendizagem.

Algumas delas apresentam deficiências cognitivas, ou seja, apresentam bastante dificuldade em assimilar e compreender os conteúdos abordados em sala de aula. Mas isso não é uma regra, pois nem todas as crianças autistas apresentam essas características. Ressalta-se nesse contexto, que o autismo é um transtorno com característica heterogêneas, então nem sempre todas as crianças portadoras desse transtorno irão apresentar comportamentos idênticos.

Dentro desse contexto, para que haja inclusão no ambiente escolar, todo o corpo docente precisa estar alinhado no propósito de educar sem haver segregação dos estudantes.

A educação inclusiva é formada pelo conjunto de ações do ambiente educativo que compreende e considera as diferenças e necessidades singulares de cada estudante. Portanto, necessita da conscientização e mobilização de todos que compõem o ambiente escolar para que assim, ocorra de forma igualitária e para todos, uma educação de qualidade.

Incluir é ensinar os valores éticos necessários que tragam a oportunidade de promover a participação de todos os estudantes e comunidade escolar.

Segundo Oliveira (2015), nos dias atuais a educação inclusiva de crianças com necessidades especiais (NEE) é um direito garantido por lei, e para que isso ocorresse, documentos e movimentos sociais foram essenciais para que houvesse a existência dessa lei.

Nesse prisma, dentre as declarações acerca da temática que mais se destacaram foi a de Salamanca UNESCO (1994) que trouxe a segurança de que toda a criança tem por direito o acesso à educação e que os ambientes escolares devem estarem preparados para recebê-los e atendê-los (Oliveira, 2015).

Além disso, a Constituição Federal de 98 estabelecesse alguns objetivos principais acerca da educação inclusiva conforma afirma (Oliveira, 2015, p. 14):

A Constituição Federal de 1988 estabelece como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Embora muitas das vezes não seja respeitado, todas as pessoas independente de suas características físicas ou cognitivas tem por direito uma educação que garanta o seu desenvolvimento e inserção social.

Partindo da perspectiva legal temos a lei de nº 7.853/89 que está relacionada ao suporte a pessoas portadoras de deficiência e sua integração em sociedade. Nesse sentido, “Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado” (Oliveira, 2015, p. 14). Quando esses direitos do aluno não são respeitados, quem o descumpriu poderá cumprir pena de quatro anos de prisão, incluindo multa (Oliveira, 2015).

Portanto, é de fundamental importância que educadores tenham conhecimento dos direitos das crianças autistas e as cumpra no contexto educacional. A escola é o principal cenário em que deve ocorrer de fato, a inclusão.

3.0 METODOLOGIA

O presente estudo foi construído a partir da busca em identificar os motivos que levam a família de crianças autistas em sua maioria a não aceitarem o diagnóstico, como também expor maneiras que propiciem o desenvolvimento da criança no ambiente escolar.

Dessa forma, consistindo em uma pesquisa de abordagem bibliográfica que tem por finalidade identificar nas literaturas que estejam disponível as contribuições científicas acerca de uma temática específica (Malheiros, 2011).

Utilizando assim, teorias já publicadas e também, fazendo o uso de uma pesquisa qualitativa para analisar e discutir o problema central, trazendo explicações porque tais fenômenos ocorrem.

3.1 Tipo da pesquisa

A abordagem da pesquisa se configura como qualitativa em educação, pois segundo (Dalfovo; Lana; Silveira, 2008, p.7) “esse tipo de abordagem descreve que a temática é complexa e que há a necessidade de compreendê-la e trazer uma classificação das etapas vivenciadas por tais grupos abordados na pesquisa.”

Posteriormente a pesquisa assumiu uma perspectiva explicativa, pois nesse sentido visa trazer uma identificação dos fatos que determinam e também contribuem para que ocorram os fenômenos (Eiterer, Et, al., 2010). De tal forma, conseguimos identificar os motivos que levam tais problemáticas citadas no estudo acontecerem.

3.2 Público alvo

Foram entrevistadas 15 professoras de escolas privadas do Brejo Paraibano. Dessa maneira, se tornou possível ocorrer um estudo mais aprofundado sobre a temática central da pesquisa e observar quais são as maiores dificuldades enfrentadas em sala de aula pelas crianças autistas e professores e também como a família contribui no processo de ensino e aprendizagem.

3.3 Instrumento de pesquisa e análise de dados

Na busca de alcançar os objetivos desse estudo, foi elaborado e aplicado um questionário impresso (Apêndice A), integrando 10 questões objetivas. A predileção por ser aplicado dessa forma se deu por ser uma forma mais prática para o público alvo que iria responder.

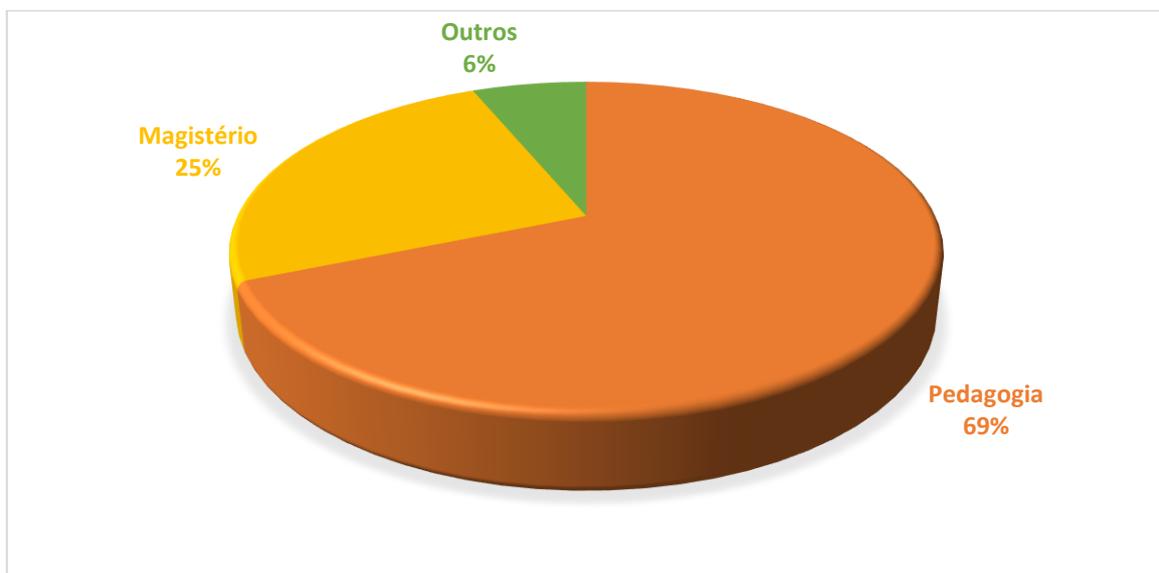
Consequente a aplicação do questionário, houve uma análise das respostas obtidas em relação à temática da pesquisa para que houvesse um fundamento e conclusão do referente estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Notando a importância do estudo em questão, discorreremos a seguir os resultados obtidos com a pesquisa de campo, contendo porcentagens e argumentos de acordo com o conceitual teórico sobre o papel da família no processo de ensino e aprendizagem da criança autista e como elas podem se sentirem incluídas no espaço escolar.

A seguir os gráficos:

- Gráfico 1 – Qual a sua formação acadêmica?



Fonte: Moreno (2024)

Ressaltando o primeiro Gráfico vemos a amostragem em relação a formação das professoras que foram entrevistadas. Podemos perceber que a quantidade de professoras formadas em pedagogia se sobressai em relação à outras formações acadêmicas. Sendo essa quantidade bastante satisfatória, pois indica que tais profissionais se encontram aptas para lecionar o público abordado na pesquisa, conhecendo das metodologias, teorias e práticas necessárias para atuar no espaço escolar.

Nesse prisma, para que um professor atue em sala de aula se faz necessário como afirma a LDB (Lei 9.394/96) que o docente tenha formação de nível superior em licenciatura como

requisito mínimo para atuar como docente na Educação Infantil e os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental.

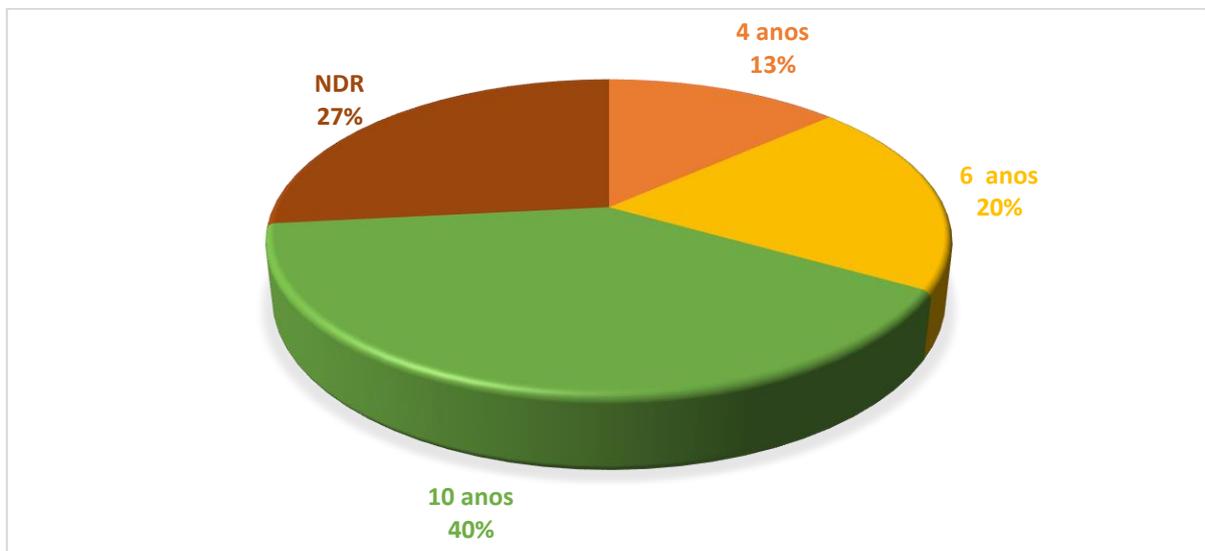
O curso de pedagogia além de preparar os profissionais para atuarem em sala de aula, também proporciona uma visão mais ampla dos desafios que serão enfrentados no processo de lecionar pelos docentes. Além disso também, o profissional tem um leque de opções para atuar como por exemplo: em instituições hospitalares, coordenar ou direcionar uma instituição de ensino e etc.

O professor no entanto, precisa estar preparado para a função que irá exercer, bem como afirma (Freire, 1996) em Pedagogia da Autonomia que o profissional docente precisa compreender que a sua formação é algo sério, e que ele precisa se esforçar para desempenhar o seu papel docente e direcionar as atividades propostas em sala de aula.

A partir das afirmações, podemos refletir no quão importante é que profissionais da educação estejam aptos para realizar as suas funções no contexto escolar. Pois, quando não se há essa preparação, conseqüentemente quem sofrerá as conseqüências serão os discentes que terão o processo de ensino e aprendizagem prejudicado.

Portanto, podemos também indagar se o tempo de atuação profissional tem importância no processo de ensino e aprendizagem do alunos. Dessa forma, o seguinte gráfico trará uma amostragem sobre o tempo em que as professoras entrevistadas atuam em sala de aula.

- Gráfico 2 – Há quanto tempo atua como docente?



Fonte: Moreno (2024)

No Gráfico 2, podemos observar as variações de tempo de atuação de cada profissional da educação. Sendo assim: 40% atuam há 10 anos, 27% nenhuma das alternativas, 20% há 6 anos e 13% há 4 anos. Observando tais resultados, podemos perceber que nenhuma das docentes estão há pouco tempo atuando na prática pedagógica. Ambas atuam há um tempo considerável e que portanto, muito provavelmente conhecem plenamente os desafios que cercam o ensino e aprendizagem dos seus discentes.

O conhecimentos de teorias educativas é muito importante para que o professor atue em sala de aula com maestria, mas ela jamais irá dispensar a prática pedagógica do docente. Quando ambas caminham juntas, permite ao profissional um olhar mais dinâmico frente aos desafios, e conseqüentemente, criação de maneiras que propiciem o conhecimento pleno de seus estudantes.

Quando pensamos na “experiência” docente, (Pimenta, 2002, p. 20) nos afirma:

Os saberes da experiência são aqueles advindos da história de vida, das relações que os docentes, ou estão em formação para exercer este ofício, obtiveram ao longo de suas vidas no contato com a escola. Para esta autora noções de como ser docente, o que é ser um bom ou um mau professor, a desvalorização social dos professores, os bons conteúdos, as boas turmas, as mudanças que ocorreram ao longo da história a respeito do professor e seus saberes, vem desta experiência com a discência.

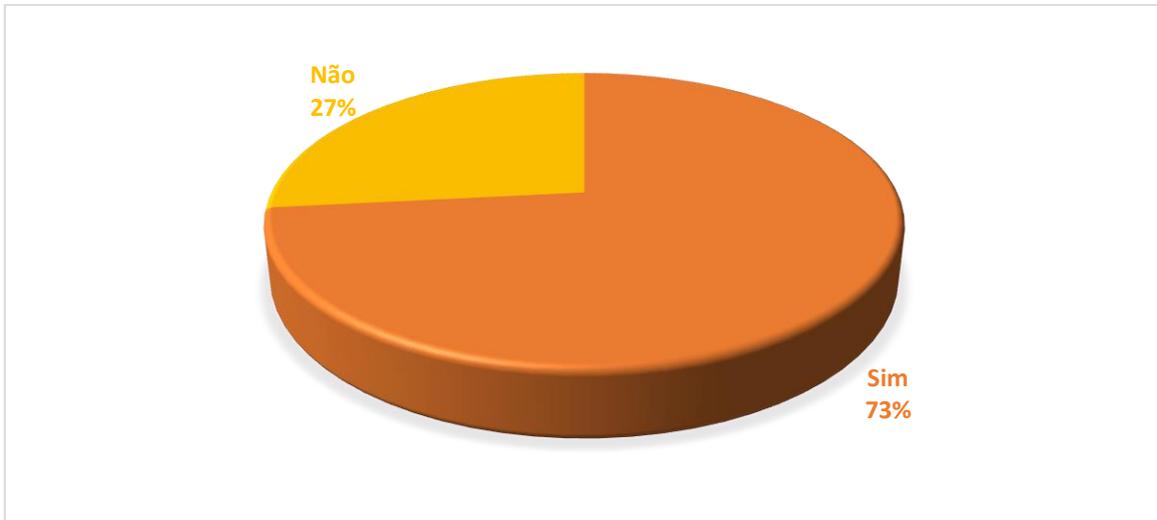
Esses saberes da experiência são adquiridos pela narrativa cotidiana e diária do professor, ou seja, conforme ele vai atuando em sala de aula, mas vai construindo compreensões e visões mais amplas de como funciona a prática pedagógica. Se adequando assim as problemáticas e pensando em maneiras de enfrentá-las.

Afirmar que o professor aprende atuando em sala de aula é uma das melhores maneiras de definir a experiência docente. Pois, enquanto inserido em um espaço escolar, o docente pode observar como funciona o processo de ensino e aprendizagem de seus educandos.

Contudo, a experiência é indispensável para o profissional da educação, trazendo diversas maneiras positivas de promover uma educação igualitária e para todos.

A próxima questão da entrevista será analisada a partir da seguinte indagação:

- Gráfico 3 – Em sua turma há algum aluno autista?



Fonte: Moreno (2024)

Como podemos observar, o terceiro Gráfico nos mostra que 73% das docentes responderam que sim, há alunos autistas em sua turma. Porém, 27% respondeu que não há alunos autistas em sua turma. Diante de tais resultados, podemos afirmar que cada dia mais o número de diagnósticos de crianças autistas tem crescido e que felizmente elas se encontram inseridas no ambiente escolar.

Ressaltamos que o direito dessas crianças terem uma educação de qualidade é previsto pela lei nº 17.798 que afirma que pessoas portadoras do TEA (Transtorno do Espectro Autista) devem ser incluídas em classes habituais e receber um acompanhante especializado.

Podemos salientar também que provavelmente esse 27% se dá pelo fato de alguns alunos serem portadores do transtorno, mas não terem ainda o diagnóstico. Isso se dá por falta de conhecimento da família acerca das características que crianças portadoras desse transtorno apresenta, ou o processo de negação.

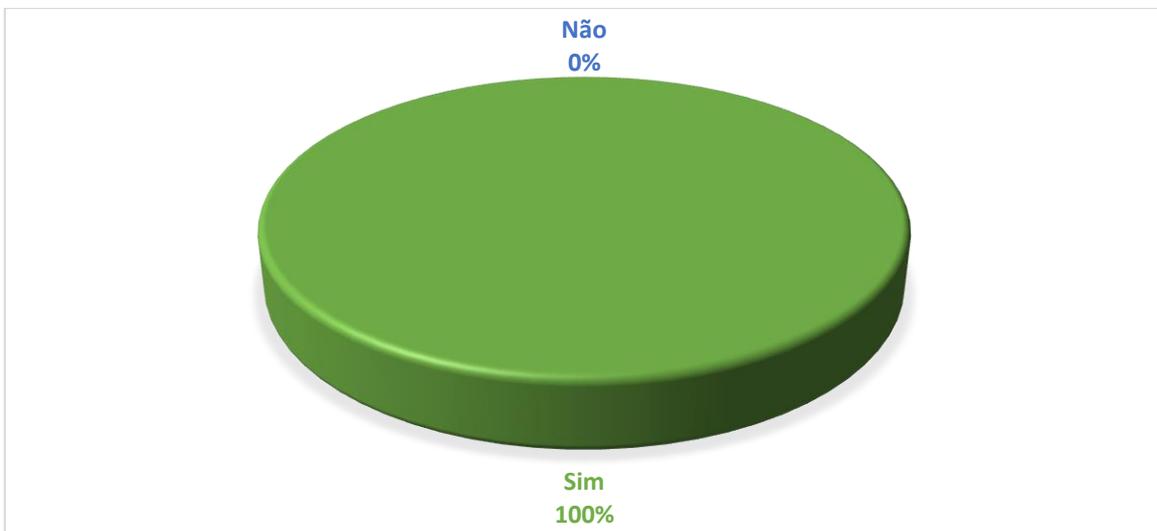
As crianças autistas precisam estarem inseridas em um ambiente escolar e interagir com os demais estudantes, ou seja, socialize. Nesse prisma, (Lemos, Nunes, Salomão, 2020) afirmam que as limitações impostas pelo autismo não impede que essas crianças interajam socialmente com as demais crianças e que participem ativamente de atividades conjuntas com as demais crianças.

Portanto, quando a criança autista se encontra inserida e incluída com as demais crianças, diversos benefícios são proporcionados, bem como afirma (Camargo, Bosa, 2009, p. 68):

Da mesma forma, proporcionar às crianças com autismo oportunidades de conviver com outras da mesma faixa etária possibilita o estímulo às suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo. Além disso, subjacente ao conceito de competência social está a noção de que as habilidades sociais são passíveis de serem adquiridas pelas trocas que acontecem no processo de aprendizagem social. Entretanto, esse processo requer respeito às singularidades de cada criança

Ademais, podemos afirmar que a interação social é indispensável principalmente no ambiente escolar com crianças autistas.

- Gráfico 4 – Você considera importante a interação da família no processo de ensino e aprendizagem da criança autista?



Fonte: Moreno (2024)

No Gráfico 4, houve uma unanimidade, todas as professoras afirmaram que sim, a família tem papel importante no que diz respeito a fazer parte do processo de ensino e aprendizagem da criança autista. Com isso, podemos observar e refletir que não somente o corpo docente de uma escola influi na aprendizagem da criança autista, mas a família quando caminha junto e se preocupa com esse processo, faz com que a criança seja mais impulsionada a aprender.

Nesse prisma, pensando na dinâmica da escola e família caminharem juntas, é preciso que a família tenha conhecimento da dinâmica de ensino da escola de seu filho, e a escola

compreenda a dinâmica familiar do aluno. Ambas precisam praticar o sentimento de empatia, se sensibilizando e cooperando para a plena aprendizagem da criança autista.

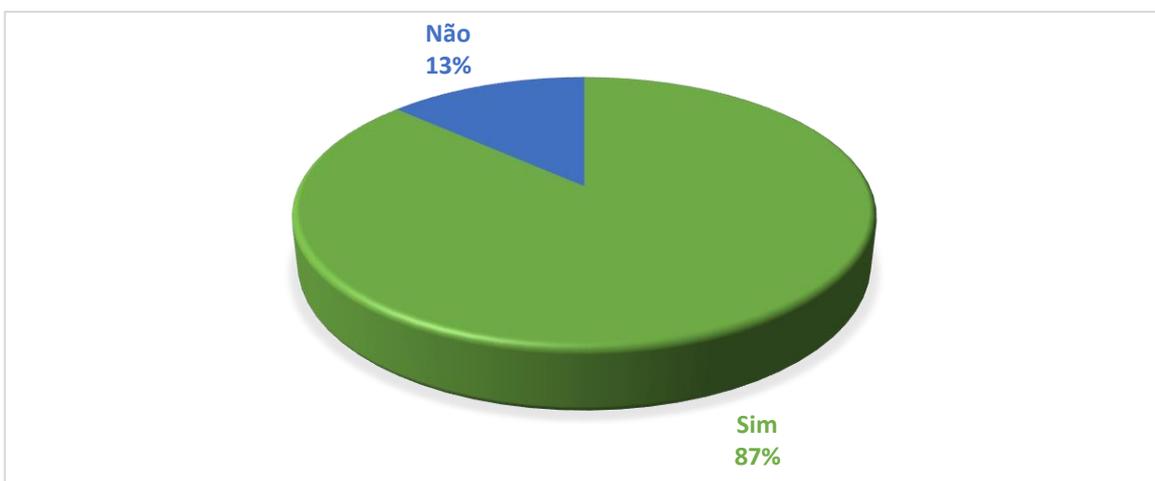
Observando o contexto dessa interação família – escola muitas das vezes os professores ao saberem que receberão um aluno autista em sua turma gera inseguranças como por exemplo: medo de não conseguir transmitir os conhecimentos com maestria para aquele determinado aluno e também, medo de não saber lidar com os momentos de crises da criança e etc. Nessa perspectiva, a família mantendo contato com o docente possibilita um conhecimento mais aprofundado do professor para com o aluno.

Assim, (Pitombeira, Teixeira, Oliveira, 2022) afirmam:

A relação familiar possui um papel fundamental no processo de aprendizagem da criança com autismo, pois é nesse âmbito da vida domiciliar que é possível garantir que o aluno autista tenha cuidados adequados, promovendo o desenvolvimento da sua aprendizagem, através de relações de confiança

Portanto, nitidamente fica definido que a família é o pilar essencial para desenvolver na criança autista a autoconfiança necessária para desenvolver o seu cognitivo e consequentemente desenvolver-se nas atividades propostas na escola e as demandas que são cobradas de acordo com a faixa-etária da criança. Certamente, habilidades serão desenvolvidas.

- Gráfico 5 – Os alunos autistas apresentam dificuldades no processo de ensino e aprendizagem?



Fonte: Moreno (2024)

No que diz respeito a aprendizagem das crianças autistas, o Gráfico 5 nos traz uma amostragem de que 87% dessas crianças apresentam dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, e somente 13% não apresentam.

Nesse contexto, deve-se haver uma certa preocupação, pois foi uma quantia bastante considerável de alunos autistas que tem dificuldade no processo de “aprender”. A escola deve ser um ambiente em que todos, sem exceção tenha o direito de aprender, e de fato, aprendam.

Quando vemos que 87% de alunos autistas sentem dificuldade no processo de ensino e aprendizagem, surgem alguns questionamentos: Será que é o professor que não tem se utilizado de metodologias e recursos que propiciem a aprendizagem desse alunos? Será que a família não tem sido suporte nesse processo? Ou o aluno não tem recebido o suporte psicológico que precisa para se sentir empolgado no espaço escolar para aprender?

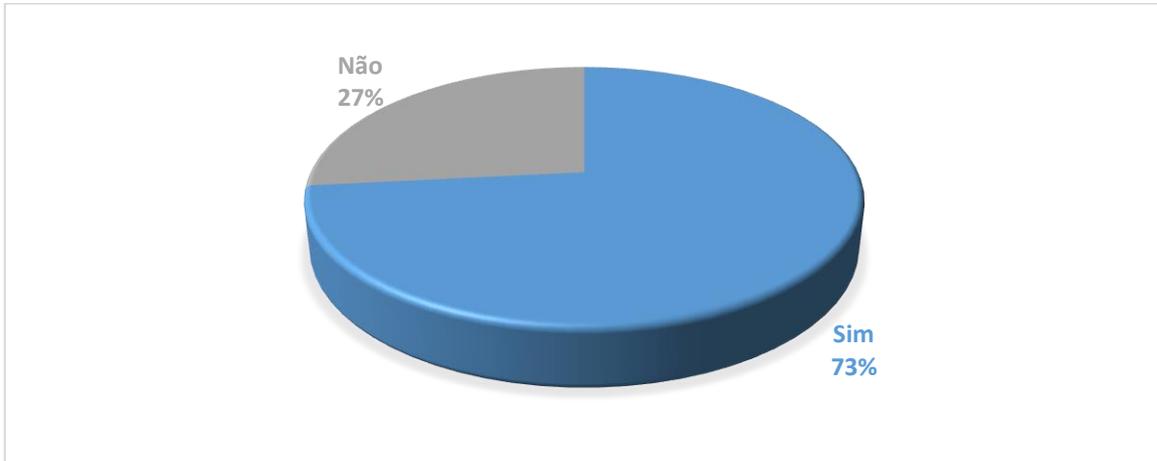
Como vimos desde o início da presente pesquisa, o autismo apresenta características singulares, mas isso não limita a criança a aprender. Na verdade, o que limita a aprendizagem do aluno são a falta de suporte tanto familiar, quanto escolar e também, a ausência de metodologias que atendam a necessidade do aluno.

Em relação aos procedimentos utilizados pelos professores em sala de aula para com o aluno propiciando a sua aprendizagem deve ser compartilhado com a família, pois assim, a família também poderá usar esses procedimentos. É muito comum haver confusões na mentes das crianças autistas ou não, na hora de realizar as atividades propostas em casa. Na escola elas aprendem de uma forma, e quando chegam em casa, muitas das vezes os pais por não possuírem a mesma didática do professor, ensinar de uma forma totalmente diferente. Prejudicando assim, a aprendizagem da criança.

Ressaltamos ainda, que existem um elemento principal e que fortalece bastante o processo de ensino e aprendizagem: o carinho. Nessa perspectiva, (Grossi, Grossi, Grossi, 2020, p. 20) afirmam: “Contudo, não existirão estratégias pedagógicas perfeitas se o professor não estiver envolvido e preparado para receber esses alunos com afetividade. O olhar do professor deve ter como foco o aluno e não somente a condição dele.”

Portanto, o professor no processo de ensinar deve somente se preocupar em se utilizar de metodologias e procedimentos que irão beneficiar a aprendizagem do aluno, e se preocupar menos nas limitações, pois elas, podem ser superadas pelo estudante quando recebe os devidos suportes.

Gráfico 6: Os pais se interessam e colaboram na aprendizagem do aluno?



Fonte: Moreno (2024)

O Gráfico 6, nos mostra que 73% das professoras relataram que os pais não se interessam, e muito menos colaboram na aprendizagem do aluno. Por outro lado, 27% afirmam que recebem o apoio familiar da criança autista.

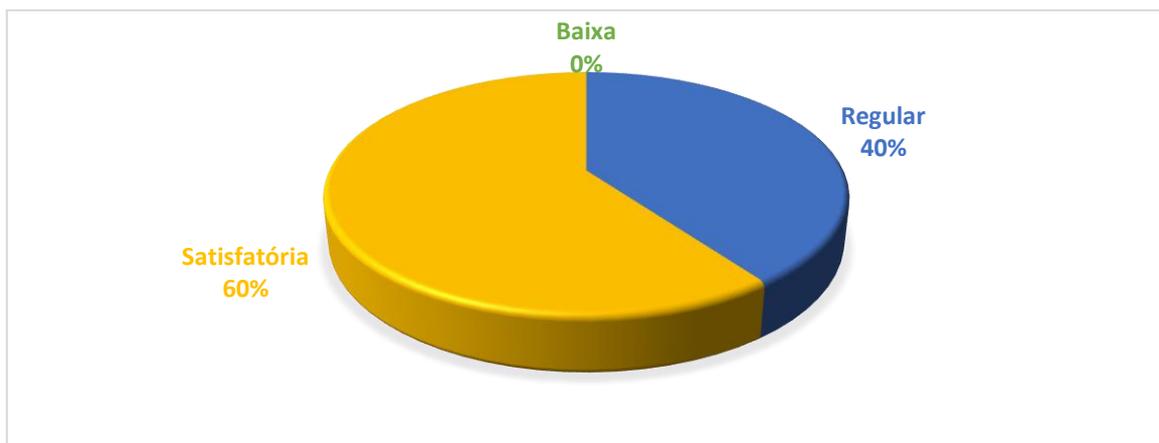
Os resultados nos deixam em estado de alerta, pois quando a família não se interessa em contribuir com a aprendizagem do aluno, muitos prejuízos serão carregados pelas crianças. Como já foi discorrido anteriormente, a família desempenha um papel crucial no processo de ensino e aprendizagem da criança autista, e quando há um certo desinteresse por parte da família em promover o desenvolvimento da criança no espaço escolar, não será a própria família ou o professor que sofrerá, mas sim, o estudante.

A família tem a maior responsabilidade na inserção da criança autista no espaço escolar, não se ausentando de nenhuma etapa. Por isso a importância de haver a interação entre a família e a escola, como nos afirma (Oliveira, et al., 2023):

A comunicação entre a família e a escola é essencial para o sucesso do desenvolvimento da criança com TEA. A troca de informações pode ajudar a criar estratégias para atender às necessidades da criança em ambos os ambientes. Além disso, é importante que a família e a escola trabalhem juntas para promover a autonomia da criança, auxiliando na sua inclusão social.

Ademais, a família tem a mesma responsabilidade da escola, até mais, na aprendizagem da criança autista e quando ela não participa desse processo, alguns déficits serão desenvolvidos pela criança.

Gráfico 7 – Como é a frequência de participação desses alunos em sala de aula?



Fonte: Moreno (2024)

Como nos mostra o Gráfico 7, 60% das professoras afirmaram que esses alunos tem uma participação satisfatória em sala de aula, 40% afirmou que a participação é regular, e nenhuma afirmou que a frequência é baixa. Os presentes resultados são bastante animadores, pois vemos que como a lei determina, essas crianças estão inseridas e participando das aulas em escolas de ensino regular.

Estar inserida em uma ambiente escolar é bastante benéfico e importante no cotidiano da criança autista. Nesse local ela tem a possibilidade de interagir com outras crianças, socializar, partilhar (algo que muitas das vezes é bastante difícil para ela) e acima de tudo, aprender.

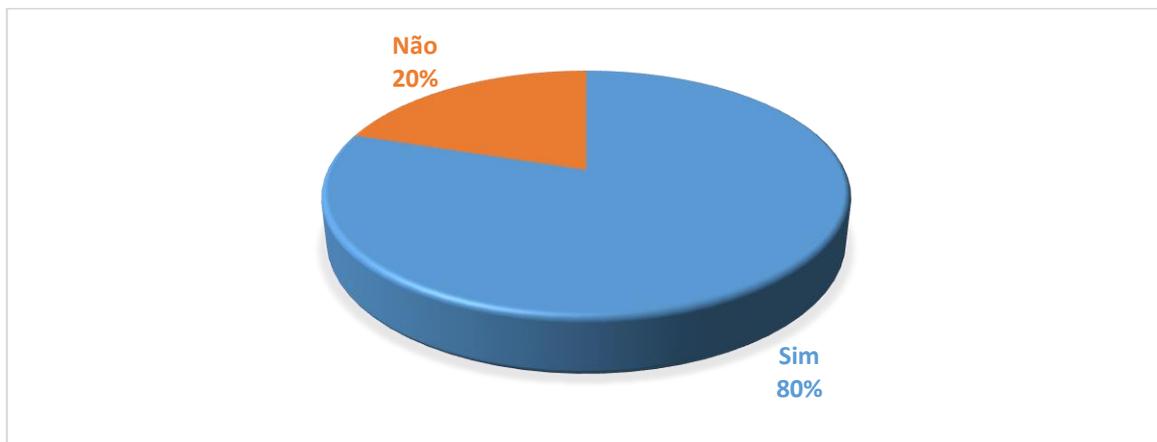
Salientamos que a Lei 5.749 de 2016 afirma que é um direito da pessoa portadora do TEA ter acesso à educação e ensino profissionalizante, e em casos de necessidade a pessoa inserida em classes comuns, terá direito a um acompanhante.

Nessa perspectiva, (Maranhão et al., 2009, p. 1) afirmam:

Ao ingressar na escola, a criança transpõe o limiar da família e passa a conviver com pessoas de sua idade, descobrem novos valores e vivência novas experiências. Para muitas delas, o convívio social proporcionado pela escola oferece possibilidades que a família, muitas vezes, não tem condições de oferecer. No Brasil, grande parte da população infantil que frequenta a escola pública apresenta precárias condições de sobrevivência e, frequentemente, tem seus pais com baixo nível de instrução. Assim, o professor assume um papel fundamental na educação infantil, pois lhe cabe a responsabilidade de propiciar oportunidades de aprendizagem no âmbito escolar, e, nesse contexto, a linguagem ocupa um espaço fundamental devido a sua importância para a formação do sujeito

Portanto, mesmo estando inserida em um ambiente escolar, professores e família devem constantemente observar se as necessidades da criança estão sendo atendidas, evitando fatores excludentes.

Gráfico 8 – Esses alunos apresentam rigidez cognitiva?



Fonte: Moreno (2024)

O Gráfico 8 nos mostra que 80% dos alunos apresentam rigidez cognitiva e 20% não apresentam. A rigidez cognitiva é uma característica muito comum em pessoas portadoras do TEA, sendo ela bastante desafiadora.

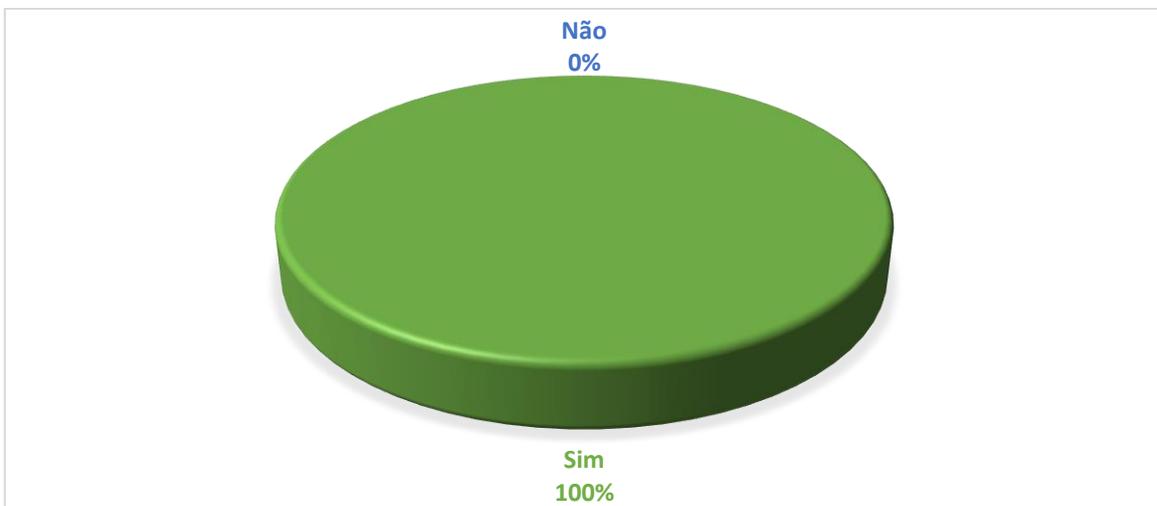
Ela consiste em uma falta de flexibilidade mental em que impede as pessoas que apresentam essa característica pensarem ou agirem de forma flexível, ou seja, é uma condição que impede a pessoa de muitas das vezes interagir e enfrentar desafios cotidianos.

Essa ausência de flexibilidade se torna um impedimento muitas das vezes na interação social da criança autista com outras crianças e no processo de ensino e aprendizagem, bem como afirma (Pedreira - Oliveira, 2023, p. 207):

O interesse especial e restrito por algum assunto é um dos aspectos da rigidez cognitiva. A inflexibilidade é uma grande barreira tanto para a interação quanto para o aprendizado porque a criança acaba por se fixar em um tema/objeto e criar um hiperfoco. Uma criança pode gostar de brincar somente de dinossauros, saber absolutamente tudo sobre o assunto, mas esse comportamento acaba por dificultar o aprendizado de outros temas mais importantes naquele momento para ela.

Esse hiperfoco geralmente impede a criança portadora do TEA conhecer coisas novas que propiciem aprendizagem para ela. Um exemplo de como funciona o hiperfoco: a preferência de uma criança apenas por determinado desenho infantil. Esse gosto excessivo faz com que a criança queira ter tudo que traga consigo a imagem do personagem desse desenho, ou até mesmo dos personagens em geral, descartando a possibilidade de assistir e conhecer outros.

Gráfico 9 – Você tem mantido contato com a família à fim de falar sobre os avanços da criança?



Fonte: Moreno (2024)

Conforme o Gráfico 9, 100% das professoras entrevistadas mantêm contato com a família dos alunos autistas para informar sobre os avanços da criança. Esse resultado é bastante positivo, pois como já foi discutido antes, é muito importante que haja a comunicação entre família e escola para reiteração dos resultados sejam positivos, ou negativos em relação ao processo de ensino e aprendizagem da criança.

Nesse prisma, (Serra, 2010, p. 47) afirma:

A escola é o único espaço social que divide com a família a responsabilidade de educar. Ela favorece uma certa transitoriedade entre as diferenças individuais e as necessidades do grupo, oferecendo ao indivíduo oportunidades de comportamentos mais socializadores.

Partindo do pressuposto de que há uma divisão de responsabilidades entre família e escola, é preciso que constantemente esteja presente certa interação entre ambas. Da escola sobre os avanços ou regressos da criança, e da família sobre quais são as necessidades de seu filho no contexto escolar.

Portanto, essa comunicação torna-se essencial para o desempenho positivo da criança autista no processo de ensino e aprendizagem, e o conhecimento do educador sobre quais serão as metodologias que mais se adequam nesse processo. Conhecendo assim, as particularidades de cada educando.

Gráfico 10 – Você considera importante o uso do lúdico como meio de privilegiar a aprendizagem do aluno?



Fonte: Moreno (2024)

Conforme nos é mostrado no Gráfico 10, todas as professoras entrevistadas afirmaram que sim, é importante o uso do lúdico como meio de privilegiar a aprendizagem de seus alunos.

O uso do lúdico nas aulas é bastante positivo, pois através de jogos ou brincadeiras, o aluno estará aprendendo ou enfatizando o que foi ensinado. Dessa forma, o professor estará promovendo um ambiente mais divertido para o estudante, em que ele não verá a aprendizagem

apenas como algo mecânico e conteudista, mas também verá que no ambiente escolar há espaço para se divertir e aprender ao mesmo tempo.

Segundo Santos (2010, p. 15):

A utilização do lúdico na escola é um recurso muito rico para a busca da valorização das relações, onde as atividades lúdicas possibilitam a aquisição de valores já esquecidos, o desenvolvimento cultural, e, com certeza, a assimilação de novos conhecimentos, desenvolvendo assim, a sociabilidade e a criatividade.

Assim sendo, podemos concluir que o uso do lúdico como ferramenta de aprendizagem é bastante enriquecedor, pois possibilita tanto ao aluno quanto ao educador, uma forma mais leve e dinâmica de aprender no processo de ensino e aprendizagem. É importante que no momento de planejar trazer um recurso lúdico para as aulas, o educador se atente as quais são as dificuldades de seus estudantes que precisarão ser sanadas, para que assim, o uso dos jogos e brincadeiras sejam realmente auxiliares do conhecimento.

Conseqüentemente, apresentaremos as conclusões obtidas através do presente estudo realizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões que ocorreram durante o presente estudo, podemos constatar que a família desempenha um papel importante na aprendizagem da criança autista, e que é importante que ela se reitere constantemente sobre os avanços ou regressos dos seus filhos no processo de ensino e aprendizagem. A responsabilidade da aprendizagem da criança não deve ser totalmente atribuída para a escola, pois se não houver o suporte da família em casa, tudo o que for aprendido pelo aluno na escola, será repentinamente esquecido se não for praticado também em domicílio.

A família é a bússola que norteia também os educadores para que possam identificar a singularidade de seus alunos e assim, buscar formas e recursos que propiciarão a aprendizagem plena da criança autista no espaço escolar.

A escola é lugar de inclusão, e é importante que assim como a família deve se preocupar com a aprendizagem de seus filhos, a escola também se empenhe em conhecer seus alunos e fazer o uso de metodologias que visem transformar o ensino mais leve e divertido para o estudante, pois dessa maneira, o aluno se sentirá estimulado a aprender.

No tocante aos educadores, também é importante que busquem cada vez mais se aperfeiçoar e observar se sua metodologia de ensino está se alinhando as necessidades de seus estudantes, facilitando não só a aprendizagem dos alunos, mas também tornando o seu trabalho mais prazeroso e significativo. Destaca-se nesse contexto a importância da formação continuada para garantir aos educadores novos conhecimentos pedagógicos e conseqüentemente coloca-los em prática em sala de aula.

Portanto, diante de tudo que fora exposto e discutido, acreditamos ter cumprido com o objetivo do presente trabalho, pois foi evidenciado a importância da família no processo de ensino e aprendizagem da criança autista e as maneiras que ela pode contribuir nesse procedimento.

Referências:

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Obriga a reserva de vagas na rede pública e privada de educação para crianças e adolescentes com Autismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2016. 6 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 65–74, jan. 2009.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau**, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031

EITERER, Carmen Lúcia, Et al. **Metodologia de pesquisa em educação**. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 2010.

FARIAS, IR., SANTOS, AF., and SILVA, ES. **Reflexões sobre a inclusão linguística no contexto escolar**. In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 39-48

FERNANDES, C. S.; TOMAZELLI, J.; GIRIANELLI, V. R.. **Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas**. *Psicologia USP*, v. 31, p. e200027, 2020.

FREIRE, Milson Gomes; CARDOSO, Heloísa dos Santos Peres. **Diagnóstico do autismo em meninas: Revisão sistemática**. *Rev. psicopedag.*, São Paulo , v. 39, n. 120, p. 435-444, dez. 2022 .

GAIATO, Mayra. **S.O.S Autismo**. 3 ed. São Paulo: NVersos, 2018. 256 p. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/S_O_S_Autismo/I6h-DwAAQBAJ?hl=pt- Acesso em 22 fev. 2024

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G.. **Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 16, n. 3, p. 375–396, set. 2010.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; GROSSI, Vitor Gabriel Ribeiro; GROSSI, Breno Henrique Ribeiro. **O processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA nas escolas regulares: uma revisão de teses e dissertações**. *Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv.*, São Paulo , v. 20, n. 1, p. 12-40, jun. 2020 .

LEMOS, E. L. DE M. D.; NUNES, L. DE L.; SALOMÃO, N. M. R.. **Transtorno do Espectro Autista e Interações Escolares: Sala de Aula e Pátio**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 1, p. 69–84, jan. 2020.

LIBERALESSO, Paulo; LACERDA, Lucelmo. **AUTISMO: compreensão e práticas baseadas em evidências**. Curitiba: Capricha na Inclusão, 2020. 63 p

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Procedimentos Técnicos de pesquisa. In: Metodologia da pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MARANHÃO, P. C. S. et al. **Fonoaudiologia e educação infantil: Uma parceria necessária.** São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v11n1/136-07.pdf>. Acesso em: 30 Mar. 2024

MARFINATI, Anahi Canguçu; ABRAO, Jorge Luís Ferreira. **Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo.** Estilos clin. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 244-262, ago. 2014

MENDES, Maria Aline Silva. **A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS.** 2015. 55 f. Monografia (Especialização) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – Ped, Universidade de Brasília, Brasília, 2015

MONTE, Larissa da Conceição Pinto; PINTO, Arlan Amanajás. **FAMÍLIA E AUTISMO: psicodinâmica familiar diante do transtorno e desenvolvimento global na infância.** 2015. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Revista Estação Científica, Juiz de Fora, 2015.

OLIVEIRA, Viviane Silva et al. **A FAMÍLIA E A ESCOLA NO PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM AUTISMO: uma parceria importante.** In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR, 5., 2023, Goiás. A pesquisa e o desenvolvimento regional aliados do empreendedorismo. Mineiros: Diretoria de Inovação e Empreendedorismo, 2023. p. 1-6.

PEDREIRA-OLIVEIRA, Andréa Martins. **A Complexidade do Autismo: da genética ao comportamento, da conscientização à inclusão.** Id On Line. Revista de Psicologia, [S.L.], v. 17, n. 68, p. 195-218, 31 out. 2023. Lepidus Tecnologia. <http://dx.doi.org/10.14295/online.v17i68.3831>.

PIMENTA, Selma Garrido, (org.). **Formação de Professores: identidade e saberes da docência.** In. Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, R. N. M. et al.. **Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares.** Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 37, n. 3, p. e61572, 2016.

PITOMBEIRA, Lorena Maria; TEIXEIRA, Jeannie Fontes; OLIVEIRA, Amanda Carvalho de. **A importância da família na aprendizagem da criança autista: : uma análise bibliográfica.** 2022. 11 f. Monografia (Especialização) - Curso de Letras, Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2022.

SANTOS, Simone Cardoso dos. **A importância do lúdico no processo ensino aprendizagem.** 2010. 50 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SÃO PAULO. Lei nº 17.798, de 06 de outubro de 2023. **Dispõe sobre a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2023.

SERRA, DAYSE. **AUTISMO, FAMÍLIA E INCLUSÃO.** POLÊM!CA, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 40 a 56, 2012. DOI: 10.12957/polemica.2010.2693.

SPROVIERI, M. H. S.; ASSUMPÇÃO JR, F. B.. **Dinâmica familiar de crianças autistas.** Arquivos de Neuro-Psiquiatria, v. 59, n. 2A, p. 230–237, jun. 2001.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

O presente questionário é parte de uma pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba. Os dados obtidos pelo questionários serão somente para fins acadêmicos e nomes não serão mencionados.

1. Qual a sua formação acadêmica?
() pedagogia () magistério () outros
2. Há quanto tempo atua como docente?
() 4 anos () 6 anos () 10 anos () NDR
3. Em sua turma há algum aluno autista?
() sim () não
4. Você considera importante a interação da família no processo de ensino e aprendizagem da criança autista?
() sim () não
5. Os alunos autistas apresentam dificuldades no processo de ensino e aprendizagem?
() sim () não
6. Os pais se interessam e colaboram na aprendizagem do aluno?
() sim () não
7. Como é a frequência de participação desses alunos em sala de aula?
() baixa () regular () satisfatória
8. Esses alunos apresentam rigidez cognitiva?
() sim () não
9. Você tem mantido contato com a família à fim de falar sobre os avanços da criança?
() sim () não

10. Você considera importante o uso do lúdico como meio de privilegiar a aprendizagem do aluno?

() sim () não